

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor: Cessão onerosa gera disputa de US\$ 30 bi	12
Valor: ANP pode leiloar excedente para compensar União	14
Valor: Cemig defende parcelar outorga de hidrelétricas	16

Destaque: Política

Valor: Trava à reeleição de Maia e Eunício dificulta volta de doação empresarial	27
Valor: Distritão compromete fidelidade partidária	28
Valor: OAB vai ao STF para obrigar Câmara a analisar impeachment	30

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Petróleo e serviços podem reerguer mercado de trabalho.....	3
Título: Nota.....	4
Título: Multas ambientais poderão ser trocadas por serviços de conservação.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Os custos do longo ajuste da Petrobrás.....	5
Título: União vai prolongar isenção de imposto no setor de petróleo	6
Título: Governo tenta acelerar acordo com a Petrobrás	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Cemig propõe manter usinas que União quer vender.....	8
Título: Rio vê perda de R\$ 3 bilhões por demora em royalties.....	9
Título: Subsídio ao gás de cozinha pode acabar	10
Título: Guilhotina moral para políticos	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Cessão onerosa gera disputa de US\$ 30 bi	12

Título: ANP pode leiloar excedente para compensar União	14
Título: Cemig defende parcelar outorga de hidrelétricas	16
Título: Destaques	17
Título: Proposta do governo para GSF não atende geradoras	18
Título: Neoenergia concluirá incorporação da Elektro na próxima semana.....	21
Título: Sócios da Vale descartam vender ações a curto prazo	22
Título: Mineradora quer selo do Novo Mercado	24
Título: Petrobras prevê US\$ 10 bi para Bacia de Campos	25
Título: Trava à reeleição de Maia e Eunício dificulta volta de doação empresarial.....	27
Título: Distritão compromete fidelidade partidária.....	28
Título: OAB vai ao STF para obrigar Câmara a analisar impeachment.....	30

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Cássia Almeida / Marcello Corrêa****Título: Petróleo e serviços podem reerguer mercado de trabalho**

Desvincular 'royalties' da folha, impor teto salarial e mudar ICMS amenizariam crise

Não há solução fácil para o Rio, mas há caminhos para recuperação, dizem especialistas. Motivos que levaram o Rio a essa situação de desemprego alto, como ter uma economia focada em serviços e na indústria de petróleo, serão os motores mais à frente, na opinião do economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professor Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) José Roberto Afonso: — O problema mais grave para o mercado de trabalho tem a ver com o desmonte do complexo petrolífero. A indústria naval é decisiva para o Rio. O setor de serviços, que tem demorado mais a reagir, é mais forte no Rio. Intensifica a crise nesse momento, mas é um setor com mais futuro. E, em alguma hora, a Petrobras vai se reerguer.

Manuel Thedim, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), também vê nos serviços o caminho para revitalização da cidade: — O Rio é uma cidade muito equipada para o trabalho do futuro, da criatividade e da empatia. O trabalho repetitivo vai durar mais 20, 30 anos. O Rio tem a vocação para a área de serviços, como o turismo. Afonso afirma que há solução para a crise fiscal que está deixando servidores e aposentados sem salário. O primeiro passo é desvincular os royalties do petróleo da folha de servidores e destiná-los aos investimentos: — São recursos incertos. Não podem estar ligados ao pagamento de servidores e inativos. Tem que aumentar a contribuição para financiar esses gastos previdenciários. A discrepância entre os gastos do Executivo fluminense e dos outros poderes também tem que ser resolvida para o Rio avançar, diz Afonso:

— O Poder Executivo do Rio, que tem policial, médico e professor, e o do Espírito Santo são os que menos gastam com servidores. O que dispara as despesas são os aposentados dos outros poderes. Essa situação é gravíssima e crônica no Rio. A solução passa pelo teto da remuneração dos funcionários públicos — proposta pelo governo federal dentro do pacote de medidas de ajuste fiscal —, que pode ter um impacto significativo no estado. Outra saída seria uma reforma tributária, com foco no ICMS. Segundo o economista da FGV, o Rio tem a menor relação entre arrecadação estadual e o que produz. O estado não recolhe ICMS sobre o petróleo, que fica no estado de destino do produto: — O Rio é forte em petróleo e serviços.

Em ambos os segmentos, o estado não recolhe o imposto. E importa muito. Se o ICMS fosse cobrado no destino, haveria uma redistribuição de receita para o Rio (só o ICMS do petróleo é recolhido no destino). 'REAGE, RIO!' Em busca de soluções para a situação crítica do estado, os jornais O GLOBO e "Extra" vão promover nos próximos dias 30 e 31, no Museu de Arte do Rio (MAR), o seminário "Reage, Rio!". Representantes do poder público e da sociedade, empresários e acadêmicos vão discutir propostas e apresentar estudos de casos em seis áreas : segurança, recuperação econômica, mobilidade urbana, ética, políticas públicas e turismo. Os debates serão transmitidos ao vivo em um ambiente especial que será criado nos sites do GLOBO e do "Extra". O objetivo é permitir que a população acompanhe o conteúdo das palestras pela internet.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

A Eletrobras do B. A Eletrobras está pensando em separar os seus ativos de transmissão dos de geração de energia. A ideia é fazer um IPO, sigla em inglês que significa oferta pública inicial de ações, com o braço de transmissão.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Renata Mariz

Título: Multas ambientais poderão ser trocadas por serviços de conservação

Descontos poderão chegar a 60%; infrações já somam R\$ 4,6 bilhões

O governo federal vai permitir, por meio de decreto que deve ser publicado na semana que vem, a conversão de multas ambientais em serviços de recuperação e preservação da Natureza. Serão concedidos descontos de 35% na modalidade direta, em que o próprio autuado executa o projeto, e 60% na indireta, quando os recursos custearão grandes programas estruturantes que ainda vão ser selecionados por edital pelos órgãos ambientais federais.

Há atualmente R\$ 4,6 bilhões de multas que ficarão passíveis de conversão, segundo levantamento preliminar do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Esse valor foi calculado sem o desconto que será dado a quem aderir.

Quase R\$ 1 bilhão é devido pela Petrobras, que já sinalizou interesse em participar do programa, segundo o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. A

Companhia de Saneamento do Estado do Paraná (Sanepar) está mais adiantada na negociação, formatando projetos para converter em serviços ambientais suas multas, que somam cerca de R\$ 300 milhões. Dados do Ibama apontam que apenas 5% do valor das multas aplicadas são de fato arrecadados.

Os grandes devedores são os que menos pagam. Em geral, judicializam a sanção aplicada por meio de processo administrativo, alongando a discussão por anos. A ideia da conversão, com o desconto generoso, é aumentar a fatia efetivamente quitada das multas e, ao mesmo tempo, fazer com que o dinheiro seja aplicado em recuperação ambiental.

O primeiro edital para selecionar projetos a serem custeados com as multas convertidas vai priorizar o semiárido brasileiro, principalmente a Bacia do São Francisco e o Rio Parnaíba, e será voltado a projetos tocados pela sociedade civil. — Faremos um edital consistente o suficiente para o projeto não falhar — disse o ministro.

SAMARCO NÃO TERÁ BENEFÍCIO

O ministro descartou incluir a empresa Samarco, causadora do desastre que arrasou Mariana (MG) e deixou 19 mortos, no programa de conversão de multas. Isso porque, segundo ele, as regras trarão cláusulas específicas para barrar certos infratores: — Nenhuma empresa que tenha multas geradas de grandes danos ou causado mortes entrará.

É prerrogativa do ICM-Bio e do Ibama (aprovar a conversão), e não um direito da autuada. A Sanepar, do Paraná, vai usar a modalidade direta, pois executará projetos de despoluição, entre outros serviços que precisarão do aval do governo. Já a Petrobras poderá aderir na modalidade indireta, que é voltada para os grandes devedores e a grande prioridade do governo.

Nesse caso, o dinheiro segue para uma conta de banco público, que poderá ser Caixa Econômica ou Banco do Brasil, para ser liberado aos projetos indicados pelo governo. O Porto de Paranaguá é outra empresa que entrou na sondagem do governo e demonstrou interesse em aderir à conversão de multas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Os custos do longo ajuste da Petrobrás

O lucro líquido de R\$ 316 milhões da Petrobrás no segundo trimestre de 2017, 14,6% inferior ao registrado em igual período do ano passado e 93% menor do

que o resultado obtido no primeiro trimestre deste ano, reflete não apenas a volatilidade do mercado global de petróleo e os ônus da baixa demanda no mercado interno.

Reflete, sobretudo, o custo do duríssimo ajuste a que está sendo submetida a maior empresa estatal brasileira, que foi vítima dos desmandos dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Será preciso mais um ano e meio de trabalho duro para que a Petrobrás volte aos eixos, previu, recentemente, o presidente da companhia, Pedro Parente.

Olhando apenas os números do trimestre passado, o diretor financeiro da Petrobrás, Ivan Monteiro, afirmou: “O que nos afeta e a qualquer empresa? O preço da commodity (petróleo) e o fato de que a gente está vivendo uma brutal recessão no País, que influencia a demanda pelos nossos produtos”. O lucro modesto para uma companhia de porte tão grande se deveu, disse ele, à redução das vendas internas e aos preços mais baixos por causa da queda das cotações da commodity no mercado global.

Mas o lucro – que afetou as cotações em bolsa das ações da Petrobrás – também reflete outros custos, alguns deles vultosos. A Petrobrás está promovendo um programa de corte de custos em áreas como pessoal, por meio do desligamento voluntário de 16,3 mil funcionários, e pagamentos a terceiros (por exemplo, pela utilização de gasoduto). Reduziu o endividamento de US\$ 95 bilhões para US\$ 89,3 bilhões entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano e desenvolve um programa de parcerias com vistas a levantar US\$ 21 bilhões no biênio 2017/2018, desfazendo-se de ativos que não fazem parte da sua atividade principal, ou seja, do núcleo de negócios da companhia.

O ajuste em curso da Petrobrás já teve saldo, como o maior acesso a recursos globais e locais. Em vez de a empresa sofrer com o caixa baixo, como em 2015, já se espera que chegue ao final do ano com US\$ 20 bilhões em caixa, o dobro dos US\$ 9,4 bilhões registrados no fim de junho. Entre o que houve até o início de 2016 e o que ocorre agora, a diferença é grande; a Petrobrás se assemelha mais a uma empresa privada, que pode olhar o mercado e ajustar os preços de derivados dia a dia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / Adriana Fernandes

Título: União vai prolongar isenção de imposto no setor de petróleo

Programa que suspende tributo sobre importação de equipamentos para exploração será estendido até 2040

Às vésperas dos novos leilões de áreas de exploração de óleo e gás, programados para setembro e outubro, o governo deve divulgar hoje novas regras de tributação para o setor. Um decreto deverá prorrogar o Repetro, o regime que suspende a cobrança de impostos sobre a importação de equipamentos para a exploração offshore, até 2040. As regras atualmente em vigor só valem até 2020, o que é considerado um horizonte curto para o setor. O fim desse benefício poderia inviabilizar a atividade de exploração no País, já que os tributos suspensos representam cerca de 50% do valor do investimento.

Além do decreto alongando o Repetro, o governo deve editar uma Medida Provisória (MP) criando um novo regime de tributação para o setor, que vai aumentar a cobrança de impostos sobre as empresas estrangeiras, colocando-as no mesmo nível em que hoje está a Petrobrás. O Estado teve acesso a versões preliminares do decreto e da MP. Segundo fontes de mercado, a MP dará mais segurança jurídica ao Repetro, além de tornar o regime brasileiro mais próximo do internacional. Uma fonte do governo explicou que, para criar o novo regime, foram estudadas as legislações de países como Reino Unido, Noruega, México, Holanda.

As normas brasileiras estavam “desalinhadas”, disse a fonte. A MP vai tornar mais rigorosa a tributação sobre as empresas do setor que atuam no Brasil. Segundo técnicos do governo, essas companhias são estrangeiras, com exceção da Petrobrás, e lançam mão de planejamento tributário para não pagar impostos nem aqui, nem em suas sedes, que em muitos casos estão localizadas em paraísos fiscais.

A avaliação de técnicos é que as empresas que atuam na construção de navios, sondas e plataformas são bastante beneficiadas pelo Repetro, com base no qual não recolhem tributos. Isso não vai mudar, mas haverá incidência de tributação quando essas empresas enviarem recursos ao exterior. Segundo fontes de mercado, a MP traz outra mudança esperada pelo setor, que são regras para que os equipamentos trazidos sob o regime do Repetro possam permanecer aqui. Em tese, o Repetro permite que não sejam pagos tributos na importação de equipamentos que ficarão temporariamente no País. As novas regras do Repetro serão um pouco mais restritivas do que as atuais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Governo tenta acelerar acordo com a Petrobrás

O governo e a Petrobrás buscam acelerar um acordo sobre o leilão de concessão à iniciativa privada, em 2018, do excedente de óleo da área no pré-sal repassada

à empresa em 2010 por meio de um contrato de “cessão onerosa”. Pelo acordo, a Petrobrás pagou um valor bilionário à União para ter o direito de retirar, sem licitação, 5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal. Mas descobriu-se, posteriormente, que a área tinha potencial de exploração muito maior. E é esse excedente que será leilado. A arrecadação com a concessão é chave para o governo reforçar as receitas no ano que vem e garantir o cumprimento de meta fiscal, que prevê agora um déficit de R\$ 159 bilhões. Mas a Petrobrás também vê na negociação uma oportunidade de melhorar o seu caixa. Tanto a companhia quanto o governo tentam fechar o mais rápido possível o acordo, mas, segundo apurou o Estadão/ Broadcast, ambas as partes argumentam estar na posição credora nas negociações.

Na verdade, são dois acordos que seguem em paralelo: a revisão do contrato de cessão onerosa (que estava prevista para 2015, mas não ficou acertada ainda) e a forma de pagamento da ponta que conseguir comprovar que tem direito ao ressarcimento. A cessão onerosa foi a parte mais importante do processo de megacapitalização da Petrobrás, há sete anos, para preparar a empresa para os investimentos bilionários no pré-sal. A concessão dos excedentes seria como a joia da coroa dos leilões de petróleo, com a qual o governo pretende elevar a receita com concessões em 2018. O programa de privatização, que inclui rodovias e aeroportos, tem previsão de arrecadação de R\$ 20 bilhões. Esse valor pode ser substancialmente elevado com o excedente do pré-sal, dando mais segurança ao governo para cumprir a meta. Mas, antes, é preciso fechar o acordo com a petrolífera. Uma fonte do governo garante que há um alinhamento de interesse entre o Tesouro e a Petrobrás para que se criem condições de que a concessão dessas reservas seja benéfica para ambos. / A.F

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARIANA CARNEIRO JULIO WIZIACK DE BRASÍLIA

Título: Cemig propõe manter usinas que União quer vender

O governo enfrenta uma disputa com a Cemig que pode levar ao descumprimento da meta de déficit deste ano de R\$ 159 bilhões. A estatal mineira de energia entregou nesta quinta (17) uma proposta ao Ministério do Planejamento para ficar com três das quatro hidrelétricas que a União quer vender para levantar R\$ 11 bilhões neste ano.

A Cemig quer devolver a usina de Volta Grande, avaliada em R\$ 1,3 bilhão, e permanecer com as de São Simão, Miranda e Jaguará pagando R\$ 9,7 bilhões. O problema é que, ainda segundo a Cemig, a empresa só tem R\$ 3,5 bilhões no caixa. A diferença de R\$ 6,2 bilhões seria coberta por empréstimos com um grupo de bancos liderados pelo BNDES.

Representantes da Fazenda ponderaram que a operação seria possível desde que a Cemig apresentasse garantias bancárias.

Na conversa, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o endividamento da empresa já equivale a quatro vezes sua geração de caixa. Por isso, dificilmente o negócio poderia ser feito.

O governo mantém a intenção de realizar os leilões, mas, para isso, terá de obter vitória no STF, onde a Cemig questiona a devolução das usinas.

Para a empresa, os contratos das três hidrelétricas previam que a primeira renovação seria automática, mas Dilma Rousseff mudou as regras do setor para a renovação contratual e a Cemig não aceitou. Por isso, a União retomou as usinas. A estatal mineira, no entanto, continua operando por meio de decisões judiciais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Rio vê perda de R\$ 3 bilhões por demora em royalties

Estudo feito pela Procuradoria-Geral do Estado do Rio aponta perdas de R\$ 3 bilhões em quatro anos com o período de transição proposto pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para mudança no cálculo dos royalties do petróleo.

Nesta quinta (17), a procuradoria entrou com representação na agência pedindo a implantação do novo cálculo já em 2018. O tema será debatido em audiência pública nesta sexta (18).

Segundo o estudo, o Rio teria receita adicional de R\$ 6,4 bilhões até 2021 com a fórmula proposta pela agência para substituir o modelo atual, vigente desde 2000.

ANP e o governo, porém, defendem que a mudança seja gradual, atingindo 20% da produção de cada campo por ano. A transição agrada às petroleiras, mas enfrenta resistência dos Estados produtores.

Caso o pedido não seja aceito, a PGE promete recorrer à Justiça. O tema já é alvo de ação no Supremo Tribunal Federal, movida pelo Rio logo após o governo desautorizar proposta inicial da ANP sobre o tema, no início de 2015.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO****Título: Subsídio ao gás de cozinha pode acabar**

A ANP (Agência Nacional do Petróleo) prepara mudanças na regulamentação do mercado de GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha) que podem pôr fim a política de subsídio ao consumidor residencial instituída em 2005 pelo governo Lula.

A revisão das regras deve também eliminar restrições ao uso do combustível, que hoje não pode ser consumido para aquecimento de saunas, piscinas, em caldeiras ou em motores a combustão.

"O mercado tem que ser competitivo e permitir que o consumidor escolha o combustível mais eficiente", defendeu o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, em entrevista após evento do setor no Rio.

Desde 2005, a Petrobras é obrigada a vender GLP com dois preços diferentes: um para o produto envasado em botijões de 13 quilos, mais usado em residências, e outro para vasilhames maiores ou a granel, mais usado por comércio e indústrias.

A diferença foi implantada com o objetivo de conter a inflação em um momento de alta nas cotações do petróleo. O preço do gás vendido em botijões de 13 quilos chegou a ficar 12 anos sem reajustes.

De acordo com Oddone, a ideia é suprimir essa obrigação em nova portaria sobre o comércio de GLP que deve ser publicada em outubro.

Atualmente, a Petrobras reajusta os preços do GLP uma vez por mês, com base em cotações europeias e na variação do dólar. O valor do produto voltado para o mercado industrial, porém, inclui os custos de importação.

Segundo estimativa das empresas do setor, o gás industrial está 40% mais caro do que o produto vendido em botijões de 13 quilos.

Resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) de 2005 recomenda a adoção de preços diferentes, mas a avaliação do mercado é que uma mudança na ANP já liberaria a Petrobras.

GUERRA DO IRAQUE

A ANP quer eliminar também as restrições de uso, implantadas no início dos anos 1990 como resposta à crise do petróleo provocada pela Guerra do Iraque, em 1991.

O diretor-geral da agência, porém, disse que a abertura deve ser gradual e condicionada a investimentos em infraestrutura logística para o combustível, para evitar pressões sobre a oferta.

"A ideia é encontrar espaço para que o GLP possa competir de forma igual com outros combustíveis no conjunto da matriz energética."

O anúncio agrada às empresas do setor, disse o presidente do Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP), Sérgio Bandeira de Mello, que chamou as restrições ao uso de "esquizofrênicas". "O fim da diferença de preços é fundamental para atrair investimentos."

Segundo ele, 1/4 do mercado é atendido por importações —todas feitas pela Petrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: Guilhotina moral para políticos

MAL COMEÇOU a conversa sobre a eleição de 2018 e o debate já está em "adiantado estado de decomposição", como se escrevia sobre cadáveres nas folhas policiais de antanho. As finanças do governo do Brasil estão à beira do colapso, mas a discussão de candidaturas limita-se à desconversinha de costume.

Mesmo neste país tumultuado e de crises recorrentes, a situação é de gravidade e emergência raras. De certo modo, o governo de 2019 começa agora, nas decisões que serão tomadas neste 2017 ou até o início de 2018. A depender do que se decidir, mal haverá o que governar.

No entanto, a especulação e o debate políticos se restringem à reação da "base aliada" e de outros chantagistas desclassificados ao pacotinho de agosto de Temer-Meirelles. Candidatos a presidente e líderes de partidos maiores são tratados como turistas em visita ao país.

Discutem-se caravanas ou visitas de jatinho a uma Piraporinha Peba do Norte qualquer, se fulano é o plano B, se o governador está de malzinho com o prefeito e o último vídeo de hipocrisias jecas em que os dois se fazem votos da mais alta estima e consideração.

A nenhum deles se pede uma explicação adulta do que fazer da ruína. Nenhum deles sente a ameaça de ser pendurado no cadafalso dos desonestos político-intelectuais por não explicar em detalhe seu plano para o desastre.

Quem deveria sentir o medo da guilhotina moral? Lula da Silva e seu plano B, Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo. Geraldo Alckmin e João Doria, governador e prefeito de São Paulo. Romero Jucá, presidente do PMDB, e outros líderes de PMDBs aboletados no temerismo.

Rodrigo Maia (DEM), presidente da Câmara, candidato-mirim a alguma coisa. Marina Silva (Rede), que deve dar fim a suas inanidades em linguagem de vidente de circo hipster. Ciro Gomes (PDT), que deve dar explicações coerentes de sua falação.

Para começar, a pergunta é a respeito dos planos declarados deste governo Temer, em particular da reforma da Previdência.

No geral, a pergunta é o que fazer a respeito da despesa e da dívida, que, crescendo sem limite, como agora, vão nos levar à inflação ou ao corte cruel de serviços públicos, se não a uma combinação calamitosa dos dois problemas.

Desnecessário dizer que são inaceitáveis respostas do tipo "o governo precisa cortar na carne", "imposto sobre grandes fortunas", "extinção de ministérios", "a sociedade não aguenta mais impostos" (como se o governo gastasse em Marte), "nenhum direito a menos" ou outra dessas baboseiras de redes sociais.

Espera-se um plano de governo paralelo e, no caso da rejeição das hipóteses na mesa de debates ou em tramitação no Congresso, de alternativa factível, para agora. Com números, divisão social do prejuízo e desdobramentos dos efeitos da solução.

Em caso de sugestão de aumento de impostos, deve-se explicar o que fazer da despesa crescente. Impostos crescendo também sem limite? Em caso de sugestão de aumento de gastos a fim de colocar a economia em movimento, deve-se explicar como financiar a dívida extra (a que taxa de juros?). São perguntas óbvias, colegiais, mas esse é o nível atual da conversa. Nem para isso as lideranças políticas se sentem obrigadas a dar satisfação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira | De Brasília

Título: Cessão onerosa gera disputa de US\$ 30 bi

A Petrobras e o governo travam, no momento, uma disputa em torno da revisão do contrato de cessão onerosa de exploração de 5 bilhões de barris de petróleo na área do pré-sal, feito pela União com a estatal em 2010. A Petrobras alega que é credora de US\$ 30 bilhões, em sua demanda máxima, mas os ministérios da Fazenda e do Planejamento consideram que é a empresa que deve o mesmo montante ao governo, informaram duas fontes credenciadas da área econômica ao **Valor**. "Existe uma pequena diferença de entendimento em torno de valores", ironizou uma fonte.

Essa definição é importante para o fechamento das contas públicas no próximo ano, pois o governo espera obter uma receita adicional na área do petróleo. A Petrobras, por sua vez, não abre mão do entendimento de que precisa ser ressarcida pelo Tesouro, pois teria pago bem acima do valor de mercado pelos 5 bilhões de barris da cessão onerosa, justamente por causa da queda vertiginosa do preço do produto no mercado internacional nos últimos anos.

O contrato de cessão onerosa foi assinado com base em um custo de exploração do óleo de US\$ 8,5 por barril e no momento em que a cotação internacional do produto estava em torno de US\$ 75 por barril. Agora, a cotação está em torno de US\$ 50 o barril.

A revisão do contrato tem que ser feita com fundamento em laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras independentes, a serem contratadas pela Petrobras e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Dois laudos técnicos já foram concluídos, segundo informou fonte do governo ao **Valor**.

O primeiro, de uma certificadora contratada pela Petrobras, chegou à conclusão de que houve queda no custo de exploração e na cotação internacional e, por isso, estimou que a estatal teria mais de US\$ 30 bilhões a receber da União. Outro laudo, feito por uma certificadora contratada pela Agência Nacional do Petróleo, também foi favorável à Petrobras, de acordo com a fonte.

Com base nesses dois laudos, a fonte informou que foram montados sete cenários sobre a questão. "Dos sete, apenas dois tiveram números desfavoráveis à Petrobras", revelou a fonte do governo ao **Valor**. Ou seja, em apenas dois cenários, a estatal teria que fazer pagamento à União e não ser ressarcida.

Na terça-feira passada, o assunto foi discutido pelos ministros da Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e da Fazenda, Henrique Meirelles, com o presidente da Petrobras, Pedro Parente. Mas não houve uma decisão. "O assunto é muito complexo", disse uma fonte.

A definição dessa questão é essencial para saber o quanto do excedente de óleo na área da cessão onerosa caberá à União. Se tiver que pagar à Petrobras, a União

usará o óleo excedente da área. Não existe a possibilidade de que o pagamento seja feito em dinheiro, advertiu um informante.

Se o valor devido à Petrobras for elevado - os US\$ 30 bilhões, por exemplo -, restaria muito pouco óleo excedente a ser apropriado pela União e, assim, a receita a ser obtida pelo Tesouro em 2018 com a cessão onerosa seria também pequena. Por causa da disputa, a área econômica decidiu não incluir, na previsão da receita da União para o próximo ano, qualquer valor referente à cessão onerosa.

Uma fonte oficial observa que o entendimento a que o governo chegar com a Petrobras terá que ser aprovado pelo conselho de acionistas minoritários. Com isso, a fonte indica que não existe espaço para que a estatal do petróleo seja usada para fazer caixa para o Tesouro no próximo ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner, Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: ANP pode leiloar excedente para compensar União

O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) consideram realizar mais um leilão do pré-sal em 2018 para que o governo resolva o impasse em torno da revisão do contrato da cessão onerosa com a Petrobras e possa levantar recursos para a União e para a estatal e ofereça o óleo excedente encontrado nessas áreas.

Ontem, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse não ver problema no novo leilão, que seria destinado à vender o petróleo excedente encontrado pela Petrobras nas áreas que a estatal adquiriu em 2010, sob o regime de cessão onerosa. Para ele, não será preciso uma nova lei que trate do assunto antes de um eventual leilão.

A estatal adquiriu 5 bilhões de barris de petróleo por US\$ 42,5 bilhões e a revisão deveria acontecer em 2015. O valor médio pago por barril foi de US\$ 8,51 e o petróleo custava mais de US\$ 80. A revisão levará em conta os volumes descobertos, os custos de produção e os preços da commodity antes do início da produção. Desde 2010 os preços do petróleo caíram e os custos de exploração do pré-sal vêm diminuindo.

A ANP contratou a certificadora Gaffney, Cline & Associates para embasar o governo na revisão mas Oddone evitou falar em volumes estimados ou sobre a estimativa de preço da agência reguladora. Procurada, a Petrobras informou que

não pode comentar porque o contrato ainda está sendo revisto. A estatal contratou a DeGolyer and MacNaughton como certificadora.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, não há dúvidas sobre o fato de que a Petrobras será credora da União ao fim da revisão do contrato. A discussão, porém, está esbarrando em um impasse sobre o montante que a Petrobras terá direito a receber. "É muito dinheiro de um lado e de outro, nenhum lado quer abrir mão de alguns bilhões", disse o ministro, explicando o motivo do impasse durante evento da Câmara de Comércio Brasil-França, em São Paulo.

Definido o montante que a Petrobras tem a receber, ele poderá ser pago em óleo excedente dos 5 bilhões que a companhia tem direito na área da cessão onerosa. De acordo com o ministro, depois disso, será possível fazer um leilão para licitar esse óleo excedente. Os recursos da outorga ficariam com a Petrobras e com a União, dependendo de quanto do excedente for de cada parte.

Quanto maior o valor que a Petrobras tiver a receber, menos recursos do leilão irão para o Tesouro e mais ficarão com a estatal. O leilão permitindo que a Petrobras "monetize" o óleo excedente e ajudando a União a levantar recursos.

"Mas precisamos antes fechar o número com a Petrobras. Depois disso, já poderemos fazer o leilão", disse Oddone, após participar de seminário da Associação Mundial de GLP no Rio. O diretor-geral da ANP calcula em cerca de 5 bilhões de barris os volumes excedentes encontrados pela Petrobras, o que elevaria as reservas da área para 10 bilhões de barris.

Durante seminário técnico da ANP sobre as áreas que serão leiloadas no segundo e terceiro leilões do pré-sal, Aurélio Amaral, diretor da agência, disse que o volume estimado nos blocos é de 12,1 bilhões de barris de petróleo "in situ" (total de óleo, ainda não aprovado, contido em um reservatório e não necessariamente recuperável). Segundo Amaral não é possível estimar quanto desse volume será transformado em reservas.

"Não é possível estimar o total de reservas dessas áreas porque depende do volume que pode ser recuperável. Isso varia de projeto a projeto". Na prática, porém, é possível dizer que o total de reservas deve ser de pelo menos 20% do total de óleo "in situ", cerca de 2,4 bilhões de barris.

Segundo a superintendente de definição de blocos da ANP, Eliane Petersohn, os dois leilões têm potencial para descobertas de petróleo de grande porte.

A ANP também estuda uma nova resolução para retirar as atuais restrições ao uso de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). O presidente do Sindigás, Sérgio Bandeira de Mello, disse torcer pelo fim da diferença de preços e das restrições

de uso. Hoje o GLP não pode ser usado para aquecimento de saunas, piscinas, caldeiras e motores a explosão de qualquer espécie, exceto empilhadeiras. "É esquizofrênico, a proibição começou em 1991 na Guerra do Golfo", disse Bandeira de Mello.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza e Camila Maia | De Belo Horizonte e São Paulo

Título: Cemig defende parcelar outorga de hidrelétricas

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), disse que a longa disputa travada pela estatal mineira Cemig e a União pelo controle de três hidrelétricas no Estado poderia ser resolvida se o governo federal flexibilizasse a conta a ser pagar pelas usinas.

O leilão de Jaguará, Miranda e São Simão está marcado para fins de setembro. A empresa vencedora terá de pagar União R\$ 11 bilhões a título de outorga. É um aporte que a equipe econômica do presidente Michel Temer conta para cumprir a meta fiscal.

A Cemig, no entanto, vem tentando evitar o leilão alegando que tem direito a mais 20 anos de concessão das usinas. As três representam cerca de 50% da capacidade de geração da Cemig. A questão está no Supremo Tribunal Federal (STF), mas é objeto de negociações entre as partes.

Em entrevista ao **Valor**, Pimentel disse ontem que a empresa aceitaria pagar - sem que precisasse haver leilão - o que a União quer receber. "Pode até ser os R\$ 11 bilhões, mas diluídos no tempo", afirmou. Essa "flexibilização" por parte do governo federal, como ele definiu, seria uma saída para atender a interesses dos dois lados.

O governo federal, porém, descarta "flexibilizar" as regras de pagamento. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, destacou ontem que nunca esteve "fechado" a um acordo com a estatal mineira, mas apontou que o governo não vai abrir mão da outorga neste ano. Segundo ele, a Cemig precisaria apresentar uma "garantia" de que teria como pagar o montante neste ano, para que pudessem "discutir um acordo".

Segundo o governador de Minas, um plano B é tentar garantir as concessões das usinas por meio de uma sociedade com um parceiro privado. "Existe interesse de muitos potenciais sócios, mas isso seria um plano B. A nossa proposta inicial é a Cemig ficar com 100% das usinas", disse ele.

Pimentel diz que o fato de politicamente estar no campo da oposição ao governo Temer "não atrapalha nem ajuda" a discussão sobre as usinas. E disse que a iniciativa do senador Aécio Neves (PSDB-MG), outro adversário político, de entrar no circuito das pressões pró-Cemig é bem-vinda.

A eventual perda das usinas e da metade da capacidade de geração da Cemig traz uma preocupação em relação à possibilidade do aumento do custo da energia para o consumidor, disse Pimentel. "Isso vai impactar a conta de luz porque a Cemig vai ter de comprar energia no mercado livre. Essa é a nossa principal preocupação", afirmou.

A disputa pelas usinas começou em 2012, quando o governo Dilma Rousseff (PT) alterou regras do setor elétrico visando a uma redução de tarifas. As empresas que aderissem teriam garantidas a renovação das concessões de seus contratos. A Cemig, à época sob comando do governo do PSDB, decidiu não aderir e entrou na Justiça alegando que por contrato tinha direito já definido a mais 20 anos de concessão pelas três usinas. "Estamos nessa situação agora por causa daquela decisão", disse Pimentel.

A briga se prolongou nos tribunais e a companhia perdeu em todas as instâncias. A empresa aguarda julgamento do STF sobre o assunto marcado para terça-feira. "Temos muito pouca dúvida sobre a decisão do Supremo, tanto é que já ganhamos em todas as outras vezes", disse Coelho Filho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Aumento do aço I

Seguindo a mesma linha da concorrente Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a siderúrgica mineira Usiminas também fará reajuste de toda sua linha de produtos, em 13,1%, disse uma fonte ao **Valor**. O aumento vai vigorar a partir de 1º de setembro. Esse é o quarto reajuste, entre diferentes tipos de aço, que a companhia anuncia em dois meses, depois que a cotação internacional do aço disparou e o custo das matérias-primas ficou maior. As altas já reforçaram o balanço da empresa no segundo trimestre e podem melhorar ainda mais a situação da siderúrgica no próximo resultado.

Aumento do aço II

A nova rodada de aumento de preços pelas siderúrgicas ocorre no momento em que o aço brasileiro ficou mais barato frente ao importado, disseram fontes ao **Valor**. Além do reajuste geral em todas as linhas de produtos em setembro, a Usiminas marcou para o dia 20 de agosto alta de 5,6% no preço da chapa grossa. Há duas semanas, já havia feito reajuste de 10,4% no aço galvanizado. A ArcelorMittal, terceira maior do segmento no país, fará aumento de 13% para bobina a quente e de 12% para outros itens. Já a CSN, conforme antecipou o **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor** na semana passada, aplicará 12,5% em seus aços no próximo dia 25. No mês passado, as produtoras de aços planos já haviam elevado os preços de algumas linhas em 10%.

Eletrobras vai recorrer

A Eletrobras vai recorrer da decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que determinou que a estatal deve devolver R\$ 3 bilhões relativos ao reprocessamento da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) da Amazonas Distribuidora de Energia, subsidiária da estatal, afirmou o diretor financeiro e de relações com investidores da empresa, Armando Casado. "Vamos recorrer disso. Já fizemos contatos com nossos advogados. Vamos recorrer primeiro na esfera administrativa, direto na Aneel, com efeito suspensivo, e, num segundo momento, até na esfera judicial", disse o executivo, antes de participar de reunião na Apimec Rio.

Minério ultrapassa US\$ 75

A commodity, matéria-prima básica do aço, retomou a escalada de alta, encerrando uma série de quatro baixas consecutivas. Ontem, os preços do produto com pureza de 62% de teor metálico, entregue no porto chinês de Qingdao avançaram 3,3%, para US\$ 75, 41 a tonelada, conforme informação da 'Metal Bulletin'. Com isso, a commodity acumula alta de 2,3% no mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Proposta do governo para GSF não atende geradoras

A proposta do governo para solucionar a guerra judicial referente ao déficit hídrico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) não deve ser suficiente para um acordo com os geradores hidrelétricos expostos ao problema, apurou o **Valor**. De acordo com executivos de três das maiores companhias envolvidas, apenas a retirada do despacho de termelétricas fora da ordem de mérito (conhecido no

setor como GFOM) não é suficiente para que estes desistam das liminares, que já travam R\$ 2 bilhões no mercado de curto prazo de energia. O deslocamento da energia de reserva, por exemplo, também deveria ser excluído da conta.

No total, o problema deve custar até R\$ 50 bilhões ao setor neste ano, segundo especialistas. Parte significativa deste montante está sendo custeada pelos próprios consumidores de energia; outra parte está com os geradores, que são obrigados a vender menos do que poderiam para se proteger. Com isso, apesar de ficarem menos expostos, estão tendo uma redução importante das suas receitas.

Sem um acordo para acabar com a judicialização, o mercado livre de energia vai travar eventualmente. Mas os efeitos nocivos ao setor vão muito além disso, uma vez que as incertezas quanto ao futuro do GSF podem impedir novos investimentos em geração de energia no país.

Além da geração das termelétricas fora da ordem de mérito, a energia de reserva é outro problema

A China Three Gorges (CTG), por exemplo, que já desembolsou mais de R\$ 15 bilhões nos últimos anos em aquisições no Brasil, se assustou com o tamanho do problema e está olhando com receio para novos negócios, apurou o **Valor**.

O GSF ocorre quando as hidrelétricas são obrigadas a gerar parcela menor que suas respectivas garantias físicas. Isso acontece por problemas hidrológicos, para que os reservatórios das usinas possam ser preservados na seca, mas há outros fatores que aumentam o déficit.

Além da geração das termelétricas fora da ordem de mérito, a energia de reserva é outro problema. Apesar de contribuírem com energia limpa, quanto mais projetos de reserva (em sua maioria de fontes eólica, solar e biomassa) entram em operação, menor é o despacho das hidrelétricas.

Segundo o executivo de uma grande geradora hidrelétrica, o governo deveria excluir do déficit hídrico o deslocamento causado pelas fontes de energia de reserva, principalmente eólica, que têm prioridade no despacho do Sistema Interligado Nacional (SIN). "Não tem como os geradores hídricos continuarem bancando as eólicas e a energia de reserva", disse.

Segundo ele, quando foi proposto o leilão de energia de reserva, no governo anterior, a previsão era de que esse tipo de energia seria marginal na matriz brasileira. Naquela época, o governo decidiu incluir as eólicas nessa modalidade para servir de incentivo e seguro para viabilizar os investimentos do tipo. A projeção atual da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), porém, indica que essa fonte chegará a 9,8% do parque gerador do país em 2020.

Outro executivo de uma geradora hidrelétrica também entende que a energia de reserva deveria ser excluída do cálculo, mas admite que se trata de um ponto controverso no setor e que o governo poderá argumentar pela não exclusão. "A entrada de energia de reserva, principalmente intermitente, deslocou a hidrelétrica. Mas se não houvesse essa energia de reserva naquele momento também haveria uma energia mais cara [de termelétricas], que iria afetar o PLD e causar um impacto maior para as hídricas", afirmou.

Outro ponto que deveria ser considerado na conta é o atraso na implantação de linhas de transmissão responsáveis pela entrada em operação de projetos estruturantes, disse Julião Coelho, advogado com atuação no setor elétrico e ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ele explicou que, durante a fase de motorização dessas grandes usinas, toda a garantia física está sendo considerada no sistema, ainda que elas não estejam gerando a energia. "A garantia física não reflete de fato a energia que elas oferecem para o sistema, e agrava o GSF", disse Coelho.

O problema da proposta na mesa para acabar com a judicialização, diz Coelho, é a dimensão econômica da compensação que as empresas terão caso desistam das liminares, que não foi vista como suficiente. Como o Tesouro não tem condições de fazer pagamentos, as companhias terão, como contrapartida, uma extensão de suas concessões. Os prazos estimados de extensão não correspondem ao que as companhias defendem que seria adequado.

A liberação da extensão das concessões depende da edição de uma lei. Por isso, a proposta está na consulta pública aberta pelo Ministério de Minas e Energia para rever o modelo do setor elétrico, que deve dar origem a uma Medida Provisória (MP).

Segundo uma fonte ligada ao governo, outro entrave a um acordo é a incerteza quanto à posição da Aneel sobre a regulamentação dessa MP, pois isso afeta como esse valor financeiro que será retirado do GSF vai se "traduzir" em prazos mais longos de concessão. "Há uma pressão grande para que seja imputada na Lei alguns parâmetros que limitem a atuação da agência nesse caso", disse a fonte.

A parte financeira é importante para convencer os agentes que têm liminares a desistir delas, mas o setor de energia hidrelétrica também tem ressalvas quanto ao tratamento futuro do GSF. A discussão do MME trata de resolver a judicialização, mas não se foca em resolver o problema no futuro.

Em teleconferência realizada na quarta-feira, o diretor financeiro da Cesp, Almir Martins, chamou a atenção para isso. Ele se queixou quanto ao déficit previsto

para agosto, de 37,4%. "Não temos hedge para esse volume de GSF. Aliás, esse volume de GSF é incompreensível e difícil de ser suportado por qualquer empresa de geração hidráulica. Alguma coisa precisa ser feita", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Neoenergia concluirá incorporação da Elektro na próxima semana

O último aval necessário para a incorporação da distribuidora de energia Elektro pela Neoenergia foi concedido nesta semana, pelo BNDES. Anunciada em junho, a operação já contava com a anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e agora necessita apenas da conclusão formal pela Elektro Holding, em reunião prevista para a próxima semana, conforme apurou o **Valor**.

"A aprovação foi da alteração de controle societário de empresas beneficiárias de apoio financeiro do banco em razão da incorporação da Elektro Holding pela Neoenergia", informou o BNDES, em nota, ao **Valor**.

Com a incorporação, o grupo espanhol Iberdrola, que detinha 99,99% da Elektro, ampliará sua participação no capital da Neoenergia, de 39% para 52,45%. A Previ e o Banco do Brasil, por sua vez, terão suas fatias na elétrica reduzidas, de 49% para 38,21% e de 12% para 9,35%, respectivamente.

Com a conclusão do negócio, a Neoenergia passa a ser o maior grupo no setor de distribuição de energia da América Latina, com um total de 13,4 milhões de clientes, e se coloca em posição favorável em um momento especial do mercado de energia elétrica brasileiro, marcado por forte processo de consolidação, por meio de fusões e aquisições de empresas e ativos. Com a Elektro, a Neoenergia tem uma receita bruta anual agregada da ordem de R\$ 30 bilhões.

A conclusão da incorporação também abre caminho para a Neoenergia se concentrar em outra frente: a potencial oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). A companhia já informou ao mercado que está fazendo estudos e "trabalhos preparatórios" para o lançamento da medida. Segundo uma fonte a par do assunto, embora seja o caminho planejado pela empresa, a operação não deve ocorrer por agora.

"Caso tais decisões sejam tomadas, a oferta será conduzida em conformidade com a legislação e estará sujeita, dentre outros fatores, às condições de mercado vigentes à época de sua realização", afirmou a Neoenergia, em comunicado sobre o assunto em julho.

Em reportagem publicada pelo **Valor** na época, o lançamento do IPO da Neoenergia poderá movimentar cerca de R\$ 4 bilhões. Estudos iniciais apontam que a Neoenergia poderia chegar à bolsa com um valor entre R\$ 30 bilhões e R\$ 35 bilhões. **(Colaboraram Ivo Ribeiro e Carolina Mandl, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Sócios da Vale descartam vender ações a curto prazo

Os quatro sócios controladores de Vale - Litel, representando os fundos de pensão estatais; BNDESPar, Bradespar e Mitsui - descartam vender as ações que detêm na mineradora a curto prazo. Juntos, esses acionistas ficaram com 44,3% das ações ordinárias após a operação de conversão de papéis preferenciais em ordinários da empresa, encerrada na sexta-feira. Na segunda-feira, os quatro grupos assinaram novo acordo de acionistas válido por três anos, até 2020, que vincula apenas 20% das ações ordinárias detidas por eles. Os outros 24,3% dos papéis estarão disponíveis para negociação em seis meses, a contar da assinatura do novo acordo. Significa que, a partir de fevereiro do ano que vem, essas ações estarão livres para a venda.

A BNDESPar, braço de participações do BNDES, tem um lote de ações que já estava fora do antigo bloco de controle da empresa e, assim, permaneceu no novo acordo. Essas ações estão livres para venda hoje, e correspondem a 5,46% do capital ordinário e 5,14% do capital total de mineradora. Mas isso não significa que o banco sairá vendendo ações de Vale de maneira que possa prejudicar seus ativos, embora a BNDESPar sempre avalie a perspectiva de saída das empresas nas quais cumpriu seu papel. "De qualquer forma, qualquer movimento sempre levará em conta o impacto no mercado, não faremos nada que possa prejudicar o valor da empresa", afirmou Eliane Lustosa, diretora da BNDESPar.

Gueitiro Genso, presidente do conselho de administração da Vale, disse que a operação de reestruturação societária da mineradora não foi montada para permitir "saídas" de sócios, mas para "gerar valor" para os acionistas. "No caso de Previ, não temos necessidade de vender Vale para cumprir compromissos de curto prazo", disse Gueitiro. O trabalho está concentrado em buscar uma valorização dos ativos da empresa, afirmou. Ele disse que o novo acordo de acionistas da Vale reúne todas as exigências, em termos de governança corporativa, para a empresa migrar para o Novo Mercado da B3, com exceção da existência de uma única classe de ações. A unificação total de PNs e ONs é um trabalho que está sendo feito pela Vale.

Gueitiro disse que, por 20 anos (1997-2017), a Vale viveu uma fase de controle definido "harmônico". Os sócios controladores estavam reunidos na Valepar, a holding que controlava a Vale. Na segunda-feira, houve a incorporação da Valepar pela mineradora com os acionistas da holding, agora extinta, passando a ter participação direta na Vale. Assim, a mineradora deixou de ter controle definido, mas continua tendo controle de fato. Esse controle é exercido com 20% das ONs. "Nosso passado demonstra que não faremos uma saída desorganizada. Qualquer eventual saída [dos sócios] será organizada, discutida e olhando para esse principal foco da operação [de reestruturação societária], que é a valorização dos ativos [da mineradora]", disse Gueitiro ao **Valor**.

O executivo também preside a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. A Previ integra a Litel junto com Petros, Funcef e Fundação Cesp. A Litel tem 10% de ações ordinárias vinculadas ao novo acordo de acionistas e 12,6% de ONs fora do acordo, livres para negociação depois de encerrado o bloqueio ("lock-up") de seis meses.

Gueitiro disse que o novo acordo foi motivado por dois pontos: como gerar mais valor para os acionistas em uma nova fase da Vale e que tipo de arranjo poderia ser montado para que a mineradora pudesse aumentar a competitividade em relação aos concorrentes internacionais. "Vale é um dos papéis que estão na nossa carteira agora com outro nível de governança, com outro nível de [perspectiva] de valorização. Não tenho necessidade de vender ativo no qual já passei fase difícil e agora vou ter ganho com governança e o ativo poderá gerar bons dividendos", afirmou ele.

Fernando Buso, presidente da Bradespar, braço de participações do Bradesco, também descartou a venda de ações da mineradora no curto prazo. "Não temos nenhuma decisão ao nível de conselho [da Bradespar] de fazer qualquer alteração ou movimentação no nosso patrimônio e no nosso investimento [em Vale]", disse Buso. A Bradespar ficou com 4,2% de ações ordinárias vinculadas ao novo acordo de acionistas da Vale e com 2,6% de ações livres, para venda a partir de fevereiro de 2018. "Continuamos achando que Vale é uma das melhores opções de investimento e acreditamos que os períodos à frente são auspiciosos." A Bradespar avalia ainda ter papel a exercer no período de transição da Vale para o Novo Mercado da B3.

Oscar Camargo Filho, representante da Mitsui, disse: "Não há nenhuma intenção, plano ou projeto da Mitsui de se desfazer dessas ações [de Vale]. Muito pelo contrário. Toda a operação trouxe mais segurança à Mitsui de permanecer a longo prazo como investidor na Vale." Segundo ele, a Mitsui está "tranquila e satisfeita" com a continuidade da relação [com os demais acionistas] da empresa. A Mitsui ficou com 3,6% de ações dentro do novo acordo e mais 2,3% livres para venda a partir de fevereiro. Perguntado se Mitsui poderá aumentar participação

na Vale, Camargo afirmou: "Vai ser examinado se e quando a oportunidade aparecer."

Eliane Lustosa, a diretora da BNDESPar, enfatizou a estratégia do banco no caso de Vale. "Enquanto houver perspectiva de extrair valor pela precificação ainda não incorporada de todos esses benefícios [da reestruturação societária], a BNDESPar se mantém [na Vale]. Ela afirmou que o banco é um investidor institucional de longo prazo, mas sempre que houver perspectiva de saída a preço adequado o banco vai buscar essa saída nos ativos de renda variável. "De forma alguma uma saída atabalhoada."

A BNDESPar ficou com 2,3% de ações ordinárias vinculadas ao novo acordo de Vale e com 6,9% de ações livres a partir de fevereiro do ano que vem. Esse número inclui 338 milhões de ações, segundo a Vale. A BNDESPar informou que desse total, 268.209.163 milhões de ações (5,46% do capital ordinário e 5,14% do capital total de Vale) estão "completamente" livres para venda hoje pois já não faziam parte do acordo de Valepar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Mineradora quer selo do Novo Mercado

O novo acordo de acionistas da Vale, que vai vigorar até 2020, reúne todas as condições para a empresa migrar para o Novo Mercado da B3. Mas ainda falta uma etapa importante que é conseguir a adesão de 15,6% de preferencialistas que não trocaram seus papéis por ações ordinárias no período de conversão encerrado na sexta. Gueitiro Genso, presidente do conselho de administração da Vale, disse que não teria como dizer qual deve ser a opção para trazer esses donos de ações PNA, se poderia haver uma nova conversão voluntária ou se a mineradora poderia fazer uma conversão mandatória (obrigatória). "Não temos hoje como dizer se vai ser a ou b. Mas o que podemos dizer, como representantes dos acionistas, é que o que iria acontecer em três anos [a migração para o Novo Mercado] vamos apoiar para que seja o mais rápido possível", disse Gueitiro.

Os controladores de Vale entendem que o Novo Mercado é um "selo" que gera valor para a companhia. Gueitiro disse que independentemente dessa migração a Vale incorporou práticas de governança que atendem às exigências do Novo Mercado. A partir de agora, o centro de decisão da companhia passa a ser o conselho de administração. Até então muitas das decisões eram discutidas no conselho da Valepar, a holding que controlava a Vale. Em meados outubro, haverá uma assembleia da mineradora para escolher dois conselheiros independentes. O conselho da Vale passará a ser assessorado por cinco comitês,

e foi reduzido o número de temas que podem passar por reunião prévia. Haverá reuniões prévias somente para temas opcionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras prevê US\$ 10 bi para Bacia de Campos

A Petrobras completa este mês 40 anos de produção na Bacia de Campos com uma importante descoberta na região. Poraquê Alto, no pré-sal do campo de Marlim Sul, promete alongar a vida útil de um dos maiores ativos da estatal, num momento em que a companhia se prepara para vender campos históricos e concentra esforços na tentativa de conter o ritmo de declínio da bacia, a partir de investimentos de US\$ 10 bilhões em novos projetos e de parcerias em campos maduros.

A expectativa da petroleira é anunciar em 2018 as primeiras parcerias na recuperação de áreas do pós-sal. Gerente-geral da unidade operacional da Bacia de Campos, Marcelo Batalha destaca que a taxa de declínio de 6% ao ano, verificada pela empresa ao fim do primeiro semestre, é um "bom número", mas que o objetivo da Petrobras é "empurrar esse limite cada vez mais para baixo".

"Conhecemos muito a Bacia de Campos, temos uma expertise na produção em águas profundas, que é uma referência no mercado, mas há aspectos específicos pelos quais algumas empresas no mundo já passaram... Nossa ideia, principalmente aqui na Bacia de Campos, é ter parceiros estratégicos, trazer alguém que, com aporte de tecnologia, consiga nos ajudar para que esses 6% [de taxa de declínio ao ano] possam ser ainda menores", disse Batalha ao **Valor**.

Conter o declínio da produção na região é uma missão que exige investimentos vultuosos

Segundo o gerente, a Petrobras está hoje em fase de discussão com eventuais sócios sobre que ativos e tipos de tecnologia poderiam ser envolvidos num futuro acordo. No ano passado, a companhia chegou a assinar um memorando de entendimentos com a norueguesa Statoil prevendo potenciais parcerias tecnológicas no aumento da recuperação da produção.

Este ano, a produção média da Petrobras na Bacia de Campos é de 1,25 milhão de barris/dia, o que representa uma queda de 25% em relação a 2010. Quando a produção começou a cair mais acentuadamente, em 2012, a então diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Magda Chambriard, chegou a afirmar que a queda estava "aquém do razoável" e cobrou investimentos por parte da estatal.

Conter o declínio da produção da Bacia de Campos é uma missão que exige investimentos vultuosos. O plano de negócios da estatal prevê US\$ 10 bilhões, entre 2017 e 2021, em projetos que visam repor parte das perdas de produção do pós-sal de Campos.

De acordo com Batalha, a Petrobras tem hoje, em carteira, 48 projetos com esse perfil. Ao todo, a empresa prevê construir, até 2021, 80 poços produtores, mais 29 injetores. Esses poços produzirão 450 mil barris diários de petróleo e ajudarão a desacelerar o declínio da região, que concentra hoje 60% da produção nacional, mas que vem perdendo espaço para o pré-sal da Bacia de Santos.

Batalha destaca que esses projetos, no pós-sal, são de rápida implementação, porque as reservas que são alvo dos novos investimentos estão localizadas próximas de plataformas que já operam há décadas na região. A mesma velocidade, segundo ele, vale para as recentes descobertas no pré-sal.

"Mesmo que não tenhamos pré-sal na Bacia de Campos em volumes como na Bacia de Santos, em descobertas como Libra e Lula, temos a vantagem de, por termos infraestrutura já instalada, rapidamente conseguimos desenvolver o projeto. Com o mínimo de investimento nas plataformas já existentes, conseguimos colocar em produção num prazo relativamente rápido", comentou.

Além de Poraquê Alto, a Petrobras acumula, em Campos, outras descobertas no pré-sal em fase de avaliação, como Brava (Marlim e Voador) e Forno (Albacora). A estatal está hoje, em fase de negociação da extensão do contrato de Albacora e tem a expectativa de que Forno ajude a sustentar o projeto de revitalização do campo. A petroleira já obteve aprovação da ANP para a prorrogação, até 2052, da concessão de Marlim - que produzirá mais 900 milhões de barris de óleo equivalente até lá.

Ao mesmo tempo em que busca sócios para revitalização de campos, a estatal também pretende reduzir sua carteira de concessões na região e anunciou, recentemente, a inclusão de campos históricos, em águas rasas, no programa de venda de ativos. Este é o caso de Enchova, primeiro campo a entrar em produção na bacia. Segundo Batalha, os três polos de produção em águas rasas de Campos colocados à venda (Enchova, Pargo e Pampo) são ativos com "uma economicidade marginal" é que hoje "destoam" do portfólio da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Vandson Lima e Raphael Di Cunto | De Brasília****Título: Trava à reeleição de Maia e Eunício dificulta volta de doação empresarial**

Um artigo que impediria os presidentes do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de tentarem se reeleger em 2019 para o comando das respectivas Casas está entre os motivos que travam o andamento de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que permitiria a volta do financiamento privado nas eleições.

Estimulada pela dificuldade em aprovar o fundo público, a possibilidade de retomada do financiamento empresarial para as campanhas vem ganhando rapidamente adeptos no Legislativo. O presidente em exercício do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), e o ex-presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) estão entre os entusiastas da ideia.

A proposta também tem defensores entre deputados de PMDB, PP, PR, PSD, PRB e DEM preocupados com a repercussão de destinar R\$ 3,6 bilhões de dinheiro público para as próprias campanhas. A resistência ao fundo cresceu tanto que a Câmara decidiu até adiar a discussão: aprovará o fundo agora, mas deixará a definição do valor para dezembro, no Orçamento.

A PEC que permite a volta das doações de empresas tratava de diversas alterações no sistema político - inclusive o fim da reeleição - e foi desmembrada quarta-feira no plenário do Senado. Voltará a tramitar na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Casa, presidida por Edison Lobão (PMDB-MA) - um insuspeito aliado de Renan -, que designará novo relator.

O escolhido, contudo, terá esta pendência em relação aos chefes do Legislativo para resolver: a proposição altera o artigo 57 da Constituição para impedir a recondução dos presidentes da Câmara e do Senado na eleição imediatamente subsequente, independentemente da legislatura. Hoje, a recondução é proibida, mas uma brecha autoriza caso ocorra em um novo mandato.

Esse dispositivo foi incluído por articulação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), hoje preso em Curitiba. O pemedebista planejava, caso não tivesse força suficiente para mudar a Constituição e se reeleger dentro do atual mandato, enfraquecer o sucessor e retomar o posto em 2019. Esse artigo, afirma um parlamentar, tem feito Eunício evitar a discussão da PEC. O presidente do Senado nega.

A volta do financiamento privado, proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015, ainda enfrenta outras resistências. Um senador do PSDB afirma que é "preciso fazer uma ponte com a Corte para efetuar essa mudança, mas já se percebe uma inflexão".

O ministro Luiz Fux disse anteontem que é possível "repensar" o custeio das campanhas, sugerindo que as empresas possam contribuir com candidatos com os quais tenham afinidades ideológicas. Fux coordenará, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os estudos sobre as regras eleitorais de 2018. O ministro Luís Roberto Barroso, que já defendeu que o Congresso poderia aprovar a volta das contribuições, criticou esta semana o fundo com recursos públicos. Ambos votaram pela proibição no julgamento anterior.

Os motivos que levam deputados e senadores a se moverem contra ou a favor de cada modelo de financiamento variam conforme a própria realidade eleitoral. Renan, por exemplo, é contra o fundo público porque a distribuição caberia aos partidos. Às turras com o presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RR), e rompido com o presidente Michel Temer, Renan prevê que a sigla fechará as torneiras para sua reeleição e a de seu filho, o governador de Alagoas.

Já Eunício é contra a volta do financiamento empresarial. Ao mesmo tempo, diz que só colocará o fundo público em votação se o sistema eleitoral mudar. Um dos parlamentares mais ricos do país, ele é um dos poucos que teria condições de arcar com os custos da própria campanha com as regras atuais - ou seja, apenas doações de pessoas físicas. O autofinanciamento mostrou-se bem sucedido nas eleições do ano passado, com os prefeitos de São Paulo (João Doria) e Belo Horizonte (Alexandre Kalil) pagando as próprias campanhas. Na reforma discutida na Câmara, há dispositivos para impedir que isso se repita em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Distritão compromete fidelidade partidária

A possível aprovação do distritão na reforma política deve acabar com a regra da fidelidade partidária na próxima legislatura. Com base em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2015, parlamentares e advogados defendem que os partidos não poderão mais cobrar os mandatos de quem trocar de legenda - nem cobrar fidelidade nas votações com ameaças de expulsão - porque nesse sistema o voto para Legislativo passa a ser majoritário.

"É absurdo. O presidente da República terá que negociar não com 30 partidos, mas com 513 deputados", critica o deputado Roberto Freire (PPS-SP), contrário

ao distritão, em que os candidatos mais votados para vereador e deputados são eleitos, independentemente do número de votos no partido.

O entendimento do STF em 2015 é de que os escolhidos em eleições majoritárias não estão submetidos à fidelidade partidária, que determina que parlamentares que mudem de sigla sem justa causa perderão o mandato.

A nova interpretação vale para senadores, governadores, prefeitos e presidente. Para deputados e vereadores, o sistema é proporcional, em que os votos nos candidatos e nos partidos da coligação são somados para definir o número de cadeiras no Legislativo e as vagas preenchidas pelos mais votados da coligação.

"No sistema proporcional, existe fundamento constitucional bastante consistente para que se decrete a perda de mandato. Mudar de partido depois de eleito é uma forma de frustrar a soberania popular", afirmou o relator da ação, ministro Luís Roberto Barroso, apoiado por unanimidade. Já no sistema majoritário, disse, a fidelidade não consiste em medida necessária à preservação da vontade do eleitor.

Na época, o STF não firmou entendimento sobre o distritão, mas essa interpretação deve ser replicada para o sistema. PMDB, PP, PSDB e DEM tentam aprovar esse novo modelo eleitoral para 2018 na proposta de emenda à Constituição (PEC) em debate na Câmara. As contas indicam que, hoje, o grupo não tem apoio suficiente para aprovar o texto.

Um dos argumentos de que não cabe fidelidade partidária é que no distritão o suplente sequer é do mesmo partido. No sistema proporcional, se um deputado titular se afasta, quem assume é o mais votado da coligação. Já no distritão, entra o mais votado entre os não eleitos.

A falta de controle partidário é um dos motivos para que o ex-deputado Valdemar Costa Neto, que comanda o PR, tenha determinado aos 40 deputados do partido que votem pela rejeição do sistema. Outro é que, em São Paulo, a sigla estima que elegerá mais deputados porque Tiririca ajuda a aumentar o número de cadeiras como puxador de votos.

Para tentar construir mais apoio, DEM e PP sugeriram um sistema alternativo, para que o distritão tenha também o voto no partido - que seria dividido entre os candidatos igualmente ou proporcionalmente à votação de cada um. Não seria um sistema totalmente majoritário, defendem, e portanto seria mantida a fidelidade, tese que ainda dependeria da interpretação do Supremo.

Relator da PEC, o deputado Vicente Cândido (PT-SP) defendeu que essa proposta é "muito mais moderada e aceitável" que o distritão, mas admitiu que também enfrenta resistência da oposição.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Luísa Martins, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília****Título: OAB vai ao STF para obrigar Câmara a analisar impeachment**

Definido como o relator do mandado de segurança da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que busca obrigar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a analisar pedido de impeachment contra o presidente Michel Temer, o ministro Alexandre de Moraes disse que deve decidir sobre o pedido de liminar até o início da semana que vem.

Moraes é relator de outra ação parecida, apresentada por quatro deputados de oposição, que também argumentam que Maia foi "omisso" em relação aos pedidos de impeachment do presidente. Por isso, o mandado de segurança da OAB foi encaminhado diretamente ao gabinete do ministro, sem necessidade de sorteio livre pelo sistema eletrônico do Supremo.

No pedido, o presidente da OAB, Claudio Lamachia, afirma que Maia foi "omisso" em relação ao pedido de impeachment e pede ao STF que seja estabelecido um prazo para que ele decida se dá prosseguimento à denúncia por crime de responsabilidade ou se arquiva o pedido por não atender os requisitos legais. "O atraso injustificado da autoridade coautora [Maia] em analisar a denúncia resta em flagrante prejuízo à sociedade", escreveu Lamachia.

Maia está com este e outros pedidos de impeachment contra Temer para decidir há meses - mais de 20 estão acumulados na Câmara. O entendimento da Secretaria-Geral da Casa é que não há prazo para ele deliberar.

Por isso, a OAB solicita, liminarmente, que seja determinado um prazo para esse pedido e que o mandado seja julgado, após ouvir a Câmara e o Ministério Público, para que a questão seja resolvida em definitivo. "A mais danosa mensagem que o Poder Legislativo pode transmitir aos cidadãos e a comunidade internacional é o vácuo decisório, por perpetuar a situação da instabilidade institucional, quebra de transparência e enfraquecimento do pacto republicano", afirmou Lamachia na peça.

MME / ASCOM .